

Nota de imprensa

CDS-PP/Açores defende valorização do pescado e rejuvenescimento do sector

A deputada Catarina Cabeceiras do CDS-PP defende que “é necessário continuar o caminho de valorização do nosso pescado e, conseqüentemente, o aumento dos rendimentos dos profissionais da pesca”, a par do “rejuvenescimento do sector na ilha de São Jorge, pela integração de jovens na atividade da pesca”.

Catarina Cabeceiras falava na passada quinta-feira à saída de uma reunião com a Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge, no âmbito do “trabalho de proximidade” que a parlamentar do CDS-PP continua a desenvolver junto dos representantes de diversos sectores económicos e sociais.

Para a deputada, nos Açores tem-se assistido a “um percurso de valorização dos nossos produtos”, sendo disso exemplo “a lula, que há uns anos tinha uma valorização de 2€/kg, e que agora chega aos 11€/kg”.

“A pesca é um sector com muitos desafios, é certo”, admitiu Catarina Cabeceiras, observando que “se trata de um sector dinâmico e imprevisível, onde as abundâncias dos recursos dependem de diversas variáveis, como é o caso da lula precisamente, com grande impacto nas pescarias na ilha de São Jorge”.

Nessa medida, o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM “tem contribuído positivamente para o sucesso do sector” no que respeita às acessibilidades, uma vez que “o maior número de ligações, que atualmente se tem verificado, tem por consequência uma melhoria no transporte do pescado, não tendo existido problemas recentes quanto a esta matéria”.

Para a deputada jorgense, o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM também “tem atuado bem de um modo geral” ao nível dos equipamentos portuários nos portos de pesca”, os quais “estão todos operacionais”.

“Deve existir uma manutenção permanente a estas infraestruturas”, declarou, defendendo que a mesma atenção “também deve ser dada à designada Marina dos Pescadores, que está a precisar da substituição dos tacos, bem como de outros trabalhos de manutenção”, estando já esta situação sinalizada.

Na reunião com a Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge, foi igualmente abordada a necessidade de rejuvenescimento do sector”, advogando-se “a atribuição de novas licenças de pesca para integrar jovens que pretendem ingressar na profissão”.

Ademais, Catarina Cabeceiras alertou para o facto de “ter já sido atingido 80% da quota de goraz disponível para o primeiro trimestre na ilha de São Jorge, sobrando sensivelmente 658 kg disponíveis até ao final do mês de março”.

Saliente-se que “a chave de repartição da quota entre as ilhas respeita o histórico de cada uma das ilhas dos Açores e das respetivas embarcações”, sendo este mecanismo de repartição “concertado com a Federação das Pescas”.

“Um dos problemas da nossa Região foi não ter existido uma cultura de dados aos longo dos anos”, apontou a deputada, “uma vez que são esses dados que justificam os *stocks* junto da União Europeia, garantindo assim as quotas”, sendo assim “aconselhável que se proceda a uma recolha de dados rigorosa, que favoreça a justificação dos *stocks* da espécie na Região”.

Relativamente ao assunto que tem estado na ordem do dia, e no que concerne a proposta do Partido Socialista para permitir pesca em áreas marinhas protegidas, a deputada referiu que “a proposta do PS não respeita as definições e compromissos nacionais e internacionais acerca do que são áreas de proteção total, e não salvaguarda os interesses de sustentabilidade do próprio sector pesqueiro”.

“O Banco Condor tem demonstrado que a proteção total tem impactos positivos na abundância de pescado. O PS está única e exclusivamente vergado a interesses particulares e não do sector no longo prazo”, concluiu.

Velas, 26 de março de 2025